



Comissão
Europeia

O reexame da aplicação da política ambiental



PORTUGAL

A Europa tem leis e políticas ambiciosas para proteger o ar e a água, promover a economia circular, aumentar as taxas de reciclagem e proteger a natureza. A sua aplicação é fundamental para alcançar os nossos objetivos ambientais. Foi por esta razão que a Comissão Europeia lançou o reexame da aplicação da política ambiental, um instrumento destinado a ajudar os países a abordarem os entraves sistémicos à integração ambiental, identificando as causas subjacentes à aplicação deficiente. O reexame inclui um ciclo regular de análise, diálogo e apoio pelos pares. A presente ficha informativa resume os resultados do segundo pacote do reexame da aplicação da política ambiental, publicado em abril de 2019.

Perfil do país

Portugal ocupa um sexto da Península Ibérica no perímetro sudoeste da Europa. O continente e os seus arquipélagos albergam uma biodiversidade rica e o seu ambiente marinho reveste-se de especial importância. A aplicação das leis e políticas ambientais da UE tem contribuído para preservar e melhorar o ambiente em Portugal, graças também ao apoio significativo do financiamento da UE. Não obstante, de um modo geral, a aplicação e a execução da política ambiental representam um desafio para este Estado-Membro.

Principais progressos no reexame de 2019

- ✚ Portugal continua a trabalhar no sentido de promover a transição para uma economia circular. Em dezembro de 2017, o Governo aprovou o Plano de Ação para a Economia Circular nacional (2017-2020). É agora fundamental pôr em prática as numerosas medidas nele previstas.
- ✚ No que se refere à gestão dos recursos hídricos, registou-se uma melhoria significativa da quantidade e da qualidade das informações incluídas nos segundos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica, adotados nos termos da Diretiva-Quadro da Água.
- ✚ Portugal tomou medidas adicionais relativamente à gestão das florestas e à prevenção de incêndios florestais. Por exemplo, a Estratégia Nacional para as Florestas foi atualizada e melhorada.

EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS EM PORTUGAL

- ✚ Podem mencionar-se bons exemplos de governação no domínio do ambiente: a iFAMA (Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente); as e-GAR (Guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos); e a plataforma de Licenciamento Único Ambiental (que operacionaliza o Regime de Licenciamento Único de Ambiente).
- ✚ O Fundo Ambiental constitui um importante instrumento de investimento no domínio das alterações climáticas, da economia circular e da valorização dos habitats.
- ✚ O Governo português adotou medidas para promover os contratos públicos ecológicos e uma utilização mais sustentável dos recursos na administração pública. As medidas incluem a redução da utilização de papel e de utensílios de plástico descartáveis e a limitação da aquisição de combustíveis fósseis.

Principais desafios do reexame de 2019



Gestão de resíduos

Apesar dos progressos alcançados na transição para a economia circular, a gestão de resíduos continua a revelar-se um desafio importante. Segundo o relatório de alerta precoce da Comissão (2018), Portugal é um dos países em risco de incumprimento do objetivo da UE de reciclar 50% dos resíduos urbanos até 2020. Com base nos dados de 2017, a taxa global de reciclagem é de 28%. Além disso, existem diferenças significativas entre as regiões, pelo que são necessários esforços adicionais para melhorar a gestão dos resíduos.



Conservação da natureza

Em maio de 2018, o Governo português adotou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. No entanto, Portugal ainda tem de completar a sua rede Natura 2000, particularmente a rede marinha, e de garantir as medidas de gestão necessárias para os sítios já

designados. É necessário envidar esforços suplementares para completar a adoção de medidas adequadas para proteger e gerir os sítios Natura 2000 nas regiões biogeográficas atlântica e mediterrânica. Além disso, são ainda necessárias medidas complementares para assegurar a correta aplicação do Regulamento relativo às espécies exóticas invasoras da UE.



Gestão dos recursos hídricos

Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos na gestão dos recursos hídricos, continuam a existir desafios, por exemplo no que se refere à governação dos recursos hídricos e à necessidade de colmatar lacunas a nível do investimento em recursos hídricos, especialmente no domínio das águas residuais. A nível municipal, o setor continua altamente fragmentado e a reorganização dos serviços de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais ainda não demonstrou o seu pleno potencial.

Apoio pelos pares

O reexame conta com o apoio do instrumento TAIEX-EIR Peer-to-Peer (EIR-P2P), que financia a aprendizagem pelos pares entre as autoridades responsáveis pelo ambiente nos Estados-Membros. Portugal já beneficiou do EIR-P2P nos domínios da gestão de resíduos, da qualidade do ar e da gestão florestal.

O relatório completo por país sobre Portugal, os relatórios relativos aos outros Estados-Membros e a comunicação «Reexame da aplicação da política ambiental de 2019: Uma Europa que protege os seus cidadãos e melhora a sua qualidade de vida» estão disponíveis em:

http://ec.europa.eu/environment/eir/index_en.htm

#EIRReview



EU_ENV



EUEnvironment



Serviço das Publicações

Print

PDF

ISBN 978-92-79-99267-4

ISBN 978-92-79-99264-3

doi:10.2779/218842

doi:10.2779/750986

KH-01-19-051-PT-C

KH-01-19-051-PT-N